



Paulo Lino diz que o número de contratações temporárias vai aumentar se não houver mudanças no texto da proposta de Reforma Administrativa

AGÊNCIA SENADO

REFORMA ADMINISTRATIVA

Para presidente do Sinal, proposta é uma barbárie contra o serviço público

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/20 - mais conhecida como Reforma Administrativa -, encaminhada ao Congresso Nacional pelo governo federal, no último dia 3, vem sendo muito criticada por diversos setores da sociedade civil, entre os quais representações sindicais e de classe. Na visão do presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Paulo Lino, a PEC 32/20 é uma barbárie contra o serviço público. Para o sindicalista, o texto da Reforma Administrativa não tem embasamento técnico e está sedimentado em estigmas e preconceitos contra o servidor público. Segundo ele, se a PEC 32/20 for aprovada pelos parlamentares da forma que foi apresentada pelo governo, haverá um retrocesso na administração pública, com precarização dos vínculos de trabalho, aviltamento salarial, apadrinhamentos e queda da qualidade dos serviços prestados à população, entre outras arbitrariedades.

A ideia inicial é trabalhar no Congresso Nacional pela rejeição da PEC 32/20 em sua totalidade e, caso não seja possível, ir às últimas consequências legais para impedir que essa barbárie contra o serviço público, em detrimento das camadas sociais mais vulneráveis, seja cometida.

Veja, na entrevista a seguir, o posicionamento do presidente do Sinal sobre vários pontos da proposta de Reforma Administrativa apresentada pelo governo federal.

ESTABILIDADE

A estabilidade não pode ser flexibilizada, ela é um direito da sociedade. Os servidores públicos trabalham para o Estado e para a população. A estabilidade não é pessoal, não pode ser diferente para este ou para aquele servidor. Todos precisam ter a independência para poder cumprir suas tarefas com o rigor técnico necessário, não se obrigando a uma relação de subserviência a governantes do momento.

FIM DO RJU

O Regime Jurídico Único (RJU) é o regulador da relação dos servidores com a administração pública. Seu fim rompe esse estado de coisas e é extremamente danoso aos serviços públicos. No mínimo, podemos dizer que será o fim do serviço público como hoje existe, voltado para o Estado e para a sociedade, e o início de uma nova era, onde o patrimonialismo se consolidará.

EXCLUSÃO DE MILITARES, PARLAMENTARES MEMBROS DO JUDICIÁRIO

A preocupação do governo com possíveis vícios de origem é real, mas deveria se preocupar com toda a PEC 32/20, pois ela carrega uma insegurança jurídica muito grande. O alvo do governo

continua sendo os servidores públicos civis, eleitos como os vilões do país, mesmo em um momento onde milhares deles estão na linha de frente do combate à pandemia e outros tantos dando o suporte para que o restante da população possa ficar em isolamento social, de forma a evitar um maior contágio da Covid-19.

PROPOSTA RUIM

A proposta é toda ruim, sem nenhum embasamento técnico que a justifique, sedimentada em estigmas e preconceitos. A quebra da estabilidade é ponto crucial, assim como a precarização dos vínculos de trabalho, que são portas abertas para o clientelismo, o aparelhamento do Estado, a ingerência política e as oportunidades de corrupção. Não se pode esquecer também a possibilidade arbitrária de o presidente da República, por decreto, sem passar pelo Legislativo, criar ou extinguir cargos, órgãos públicos, autarquias e estatais.

FALÁCIAS

Não somos contra uma reforma da gestão pública, somos contra esta proposta que se baseia em falsas premissas, como a de que o Estado está inchado e a de que os servidores ganham muito e

são ineficientes. Levantamento feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) dá conta de que apenas 12% da população ocupada no Brasil trabalha no serviço público, enquanto a média dos países desenvolvidos é de 21,3%. Além disso, 93% dos servidores públicos brasileiros estão vinculados ao Poder Executivo, com média salarial, considerando os três níveis - federal, estadual e municipal -, de R\$4.200. Quanto à eficiência, cito o caso do Banco Central do Brasil, cujas carreiras existentes são representadas pelo Sinal, considerado nacional e internacionalmente como uma área de excelência e detentor de uma reputação de idoneidade, conquistadas. Não temos receio em dizer isso, graças à qualidade de seu corpo funcional. O ingresso se dá apenas por meio de concursos públicos específicos, onde se exige alta qualificação. As funções comissionadas são exclusivas para os servidores que pertencem às suas carreiras, vedando-se o instrumento de redistribuição de servidores "de" e "para" o BC. De fora e efêmeros, só o presidente e alguns diretores, que, mesmo indicados pelo presidente da República, são sabatinados pelo Senado Federal. Lamentável é querer fazer crer que a presença de "trainees", funcionários por tempo determinado, terceirizados nas áreas fins, rotatividade de servidores e outras inovações, temerárias e absolutamente desnecessárias, possam resultar em maior eficiência à instituição.

EQUILÍBRIO FISCAL

Quanto ao equilíbrio fiscal, é uma falácia colocar a chamada reforma administrativa como imperativa para o país. Ela é apenas mais uma falsa "bala de prata", como foram a PEC do Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária, ineficazes na consecução do prometido, já que o mercado é insaciável.

CONCURSOS E TEMPORÁRIOS

O concurso público será uma raridade e as contratações temporárias, as parcerias com a iniciativa privada e a terceirização se proliferarão, em detrimento da qualidade do serviço público entregue à sociedade.

CARREIRA PÚBLICA

As mudanças nas leis previdenciárias, na estabilidade funcional e no desenvolvimento da carreira do servidor tendem a tornar o cargo público menos atrativo, mas, em um país que não consegue resolver o problema do desemprego crônico e crescente, ainda será procurado. A diminuição do salário de entrada pode afastar os pretendentes mais qualificados, que darão preferência à iniciativa privada, e, consequentemente, a entrega dos serviços pode vir a ser prejudicada. De qualquer forma, a efetividade dos serviços públicos é o que menos importa àqueles que elaboraram a PEC 32/20. Os interesses são outros, fiscalistas e voltados ao mercado.

AVILAMENTO SALARIAL

O governo não está preocupado com a avaliação de desempenho, seu objetivo é a demissão dos servidores estáveis. O funcionalismo público não é contra e nem tem medo da avaliação de desempenho, desde que garantidas as condições para que ela não se transforme em um instrumento de concretização de arbitrariedades. Muitos órgãos públicos têm seus sistemas de avaliação e isto não causa trauma algum entre os servidores, porém, é preciso estabelecer processos claros para a mensuração das atividades e para os métodos de avaliação, garantir condições plenas de trabalho, oferecer capacitação profissional e, principalmente, fixar critérios onde diferenças políticas, partidárias, de credo, de opção sexual e outras da espécie não sejam preponderantes para a obtenção dos resultados avaliativos.

FALTA DE DIÁLOGO

O aperfeiçoamento da gestão pública jamais poderá ser visto como um mal, mas, sim, como um processo constante para dinamizar e criar condições para que um serviço público de melhor qualidade seja oferecido à sociedade. Como já dissemos, o momento é inoportuno, pois além da ausência de diálogo com os servidores para a elaboração da PEC 32/20, o distanciamento social imposto pela pandemia inviabilizará a realização de audiências públicas no Congresso Nacional, quando especialistas sobre gestão pública, membros da sociedade civil organizada e representantes das entidades de classe dos servidores poderiam aprofundar o debate sobre o tema e encontrar caminhos que realmente levassem a seu objetivo.

MOBILIZAÇÃO

A ideia inicial é trabalhar no Congresso Nacional pela rejeição da PEC 32/20 em sua totalidade e, caso não seja possível, ir às últimas consequências legais para impedir que essa barbárie contra o serviço público, em detrimento das camadas sociais mais vulneráveis, seja cometida.

Inscrições irão reabrir. Provas deverão ser adiadas para 2021!

A sua grande oportunidade para mudar de vida: Técnico do TJ-RJ. Nível médio. R\$5.556 mensais

Veja o depoimento de quem fez Degrau Cultural

LEANDRO MONDEGO - Técnico Judiciário

"Ser o 1º lugar do TJ é uma vitória para mim, para minha família e também para a equipe da Degrau Cultural que sempre esteve atenta às minhas necessidades e também às de outros alunos. Esse carinho e orientação a gente não encontra em qualquer curso. Na Degrau, eu encontrei.

Além da experiência dos professores e da familiaridade deles com o estilo das organizadoras, o curso motiva o aluno. E com turmas direcionadas e reduzidas fica muito mais fácil assimilar a matéria.

É fundamental dar continuidade aos estudos em casa e as dicas dos professores me ajudaram muito.

O segredo para conquistar uma vaga é ter confiança no próprio potencial e começar a se preparar assim que decidir prestar o concurso. A possibilidade de aprendizado é muito maior. Assim, eu consegui.

Agradeço a toda equipe da Degrau por ter contribuído para esta vitória que já mudou a minha vida".

A Degrau aprova em diversas áreas
Confira alguns de nossos primeiros colocados

BANCO DO BRASIL Gabriel Rocha dos Santos Escriturário	TRE Adriana Lúcia e Silva Técnico Especializado	BANCO CENTRAL Francisco Ventura Antonio Técnico - Área II
MPU Renata Silva Hypólito Analista Administrativo	TRT Michelli Sampaio Técnico Judiciário	INSS Joyce Pereira Lopes Analista (Contador)
INSS Andreia Portal Cardoso Analista Previdenciário	CAIXA ECONÔMICA Tadeu Gomes Borges Técnico Bancário	CAIXA ECONÔMICA Juliana Grechi Tassara Reis Téc. Bancário (Capital/Oeste-RJ)
ANALISTA DO TRT Fabio Luciano Maciel Rello Arquivologia	CAIXA ECONÔMICA Thiago Ferreira da Silva Téc. Bancário (Capital-RJ)	CASA DA MOEDA E FURNAS Fábio Dias Cruz Técnico
MAGISTÉRIO-RJ Sérgio Guerra Gomes Professor I	MAGISTÉRIO Luís Cláudio Castanheira Professor I Matemática	CORREIOS Daiana Mello Pereira Técnico Atendimento

www.degraucultural.com.br

DEGRAU CULTURAL

DESDE 1983
APROVANDO
OS PRIMEIROS
COLOCADOS

BONSUCESSO • CAMPO GRANDE • CENTRO • MADUREIRA • MÉIER • NITERÓI • TAQUARA

CENTRAL DE
MATRÍCULAS

Tel: (21) 3970-1015

Ou envie uma mensagem via Whatsapp:
(21) 3970-1015

[f](#) [i](#) [v](#) [t](#)
/degraucultural

Mantenha sua preparação com o melhor curso presencial em sua casa.